



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas – Departamento de Filosofia

Anderson Santos Horta

**Contextualização e fundamento da “Introdução à História da Filosofia”
de G. W. F. Hegel**

Brasília – DF

2023

Anderson Santos Horta

**Contextualização e fundamento da “Introdução à História da Filosofia”
de G. W. F. Hegel**

Monografia apresentada ao Departamento de Filosofia da
Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção
do título de Licenciatura em Filosofia

Orientador: Prof. Dr. Fábio Mascarenhas Nolasco

Brasília – DF

2023

**Contextualização e fundamento da “Introdução à História da Filosofia”
de G. W. F. Hegel**

Anderson Santos Horta

Aprovado em: / /2023

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Erick Calheiros de Lima (UnB)
Avaliador

Prof. Dr. Fábio Mascarenhas Nolasco (UnB)
Orientador

Brasília, 22 de dezembro de 2023

Agradecimentos

Gostaria de agradecer primeiramente ao Criador, fonte de onde provém a vida e a inspiração.

Agradeço à minha esposa e à minha filha pela paciência e incentivo.

Agradeço aos meus colegas de curso pelo companheirismo e auxílio nos momentos mais difíceis.

Agradeço imensamente a todos os meus professores do curso de Filosofia da UnB, professores supervisores de estágio, e em especial ao meu orientador desta monografia, Prof. Dr. Fábio Mascarenhas Nolasco. Sem a sua dedicação, paciência e consideração eu não teria chegado até aqui.

“O homem, por ser espírito, pode e deve julgar-se digno de tudo quanto há de mais sublime. Da grandeza e do poder do seu espírito nunca pode formar um conceito demasiado altivo, e animado por esta fé não se negará a desvelar o seu segredo. A essência do universo, a princípio oculta e encerrada, não dispõe de força capaz de resistir à tentativa de quem pretenda conhecê-la; acaba sempre por se desvendar e patentear a sua riqueza e profundidade, para que o homem dela desfrute”.

G. W. F. Hegel

Resumo:

Georg Wilhelm Friedrich Hegel trouxe um tratamento mais científico à história da filosofia, e com as suas contribuições para esta área proporcionou o seu resgate e ressurgimento no rol dos interesses do meio filosófico da academia e da intelectualidade. Ao longo de sua vida Hegel viveu predominantemente momentos de tensão com conflitos de ordem social e política, tanto interna quanto externamente ao seu país. Na presente monografia procuramos trazer, de início, uma contextualização histórica e biográfica que nos ajude a entender as influências conjunturais sobre o seu pensamento. A seguir tratamos de elucidar a visão de Hegel acerca do conjunto da filosofia como um processo no qual as filosofias sucedentes são o devir das precedentes, com a aquisição de novas determinações, tendo como liame entre elas justamente os seus aspectos que são perenes e imutáveis. Hegel ensina que essa verdade da filosofia, presente em sua história, não é coisa dada, espontaneamente evidente, mas que deve ser buscada, sendo necessário ao pesquisador conhecer, tanto da história quanto da filosofia, para saber o que procurar. Ao final ressalta-se a noção de liberdade como sendo inerente à natureza humana, e que tem suscitado mudanças ao longo da história. Esta noção da liberdade como atributo em si, não estava presente de maneira desenvolvida nas doutrinas mais antigas, sendo o seu detalhamento e institucionalização mais recentes na história do pensamento.

Palavras-chave: Hegel. História da filosofia. Desenvolvimento e concretude.

Abstract:

Georg Wilhelm Friedrich Hegel brought a more scientific treatment to the history of philosophy, and with his contributions to this area, provided its rescue and resurgence in the list of interests of the philosophical scenario and the intelligentsia. Throughout his life, Hegel lived predominantly through moments of tension with social and political conflicts, both internally and externally to his country. In this monograph, we first try to provide a historical and biographical context that helps us understand the conjunctural influences on his thinking. Next, we try to elucidate Hegel's view of philosophy, as a whole, as a process in which succeeding philosophies are the becoming from the preceding ones, with the acquisition of new determinations, having as a link between them precisely those aspects that are perennial and unchanging. Hegel teaches that this truth of philosophy, present in its history, is not something given, spontaneously evident, but must be sought, and that the researcher needs to know both history and philosophy in order to know what to look for. At the end, I emphasize the notion of freedom as being inherent to human nature, and which has led to changes throughout history. This notion of freedom as an attribute in itself was not present in a deployed fashion in the older doctrines, and its emergence and institutionalization is more recent in the history of thought.

Keywords: Hegel. History of philosophy. Development and concreteness.

Sumário

Introdução.....	09
Contextualização histórica.....	13
Introdução à história da filosofia.....	19
Conceito de história da filosofia.....	25
Conclusão.....	43
Bibliografia primária.....	47
Bibliografia secundária.....	47

Introdução

O filósofo alemão G. W. F. Hegel pode, com justo laurel, ser considerado um dos mais importantes pensadores de todos os tempos. O seu legado abrange várias áreas da filosofia, como a metafísica, a filosofia da natureza, a estética, a antropologia, a psicologia, a filosofia da religião, a ética, a filosofia política, a história da filosofia, e a filosofia da história. A sua *Introdução à História da Filosofia*, texto que se tornou célebre, reúne ideias e textos do período do primeiro curso na Universidade de Heidelberg, e ultimados já em Berlim, e que foram compilados de anotações suas e de apontamentos de seus discípulos, por Karl Ludwig Michelet (1801-1893). A sua *Fenomenologia do Espírito*, de 1807, é uma das obras máximas da filosofia mundial e alemã.

Hegel foi um filósofo do período da filosofia clássica alemã. Hegel nasceu em Stuttgart em 1770, e faleceu talvez de cólera em Berlim aos 61 anos, em 1831. Filho de uma família protestante, teve cinco irmãos. O pai era funcionário público do ducado de Württemberg. A mãe, mulher de cultura incomum para os padrões da época, faleceu de uma doença denominada à época de febre biliosa, quando o filósofo tinha ainda 11 anos de idade. A família tinha propensão para a cultura, e Hegel foi criado em um ambiente auspicioso para a sua formação. Frequentou o seminário de teologia protestante de Tübingen, mas, ao concluir a sua formação, dispensou a carreira de pastor, e trabalhou como preceptor, entre 1793 e 1796 em Berna, e entre 1796 e 1800 em Frankfurt. Transferiu-se então para Jena onde, em 1801, tornou-se livre-docente na Universidade. Quatro anos depois, por recomendação de Goethe, tornou-se professor extraordinário da mesma Universidade. Em 1807 publicou a *Fenomenologia do Espírito*. De 1807 a 1808 foi editor de um jornal em Bamberg. Entre 1808 e 1816 Hegel foi professor e diretor do primeiro ginásio público de corte humanista da Alemanha, o Ginásio Aegydanum em Nuremberg. Em 1812-1816 publicou a *Ciência da Lógica*, em três partes. Em 1816 foi nomeado professor titular de filosofia na Universidade de Heidelberg. Em 1817 publicou a primeira edição da *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*. Em 1818 iniciou o momento culminante de sua carreira acadêmica, com a nomeação para a cadeira de filosofia na Universidade de Berlim, instituição na qual foi eleito reitor em 1829. Os seus *Princípios da Filosofia do Direito* foram publicados em 1821.

A história da filosofia teve os seus momentos de ocaso e de ressurgência. Já no período do renascimento começou a renovar-se o interesse pela história em geral e, em especial na era moderna, o interesse pela história dos filósofos e de suas doutrinas. Mas os projetos refundacionistas que caracterizaram o séc. XVII, se admitiam algum papel à história da filosofia, esse papel não passava, no mais das vezes, de uma compilação dos erros que a era moderna teria alcançado resolver. Do estudo “*O Problema da História da Filosofia*” do Prof. Arthur Versiani Vellôso, colhemos a seguinte confirmação desse estado de coisas: “Como disciplina autônoma e sob enquadramento científico a história da filosofia talvez não atinja dois séculos de idade, se tanto!” (Vellôso, 1961, p. XVII). Já do prefácio do Prof. Joaquim de Carvalho à tradução portuguesa da *Introdução à História da Filosofia* de Hegel, cito o seguinte: “A História da Filosofia é de constituição recente; a sua proto-história prolonga-se até ao século XVIII e a sua história afirma-se e expande-se principalmente a partir da segunda metade do século XIX”. (De Carvalho, 1974, p. 5).

Contudo temos que ressaltar que, quando se considera a abordagem a ser dada a essa história, há mais de uma forma de encará-la, seja como biografia, seja como sucessão de doutrinas etc. Deve-se entender também que, conforme nos explica Auguste Valensin em seu livro “*A travers La Metaphysique*” (apud Arthur Versiani Vellôso),

não são poucos os historiadores da filosofia que ignoram já o que seja a história, já o que seja a filosofia. Dessarte não faltaria quem reduzisse a história da filosofia ao miserável papel (sic) de um caravanzarai de opiniões. E de opiniões em permanente briga, acrescentamos nós. (Vellôso, 1961, p. XIX).

O Prof. Arthur Versiani Vellôso também destaca a inestimável contribuição à história da filosofia dos grandes estudiosos como G. W. F. Hegel, Victor Cousin, Wilhem Dilthey, Windelband, e Heinrich Rickert, ressaltando o seguinte:

São estes estudiosos indefessos que vão demonstrar, entre outras coisas da maior importância, que em filosofia não há, como parece, bruscas soluções de continuidade, sendo ela o reflexo legítimo, ou melhor a mais lídima expressão, de uma dada época, de um dado povo, meio, cultura ou civilização. Em história da filosofia não há separações estanques entre os tempos e muito menos entre as atividades culturais humanas, porque a filosofia é um saber que jorra espontaneamente da vida humana, existencialmente: fato histórico palpável e indiscutível. (id. Ibid., p. XVIII).

De meados do século XVIII para o XIX temos uma grande revolução na abordagem historiográfica da filosofia, e que pode ser, ao menos em parte, tributada a G. W. F. Hegel. Pois ele irá estabelecer novos paradigmas para a historiografia da

filosofia, entendendo-a como instrumento fundamental para o conhecimento do processo de desenvolvimento da filosofia ao longo das épocas. Do Prof. Arthur Versiani Vellôso cito:

Dos enciclopedistas a Hegel o salto é colossal. Doravante os entrechoques dos sistemas, que tanto decepcionam e irritam aos neófitos, já se não concebem à moda cética, como em desfavor e desprestígio da mesma filosofia, e sim como um certo *processus* progressivo, através do qual, acidentalmente caminha e evolue o espírito filosófico, e o pensamento abstrato, ou metafísico. (Vellôso, 1961, p. XVIII).

Ora, podemos enfim realçar que a história da filosofia assumiu, a partir do trabalho de Hegel, e dos autores sucedentes, um protagonismo especial para o estudo da ciência filosófica. Do prefácio do Prof. Joaquim de Carvalho à *Introdução à História da Filosofia*, cito os seguintes trechos:

As reflexões de Hegel sobre o conceito e objeto da História da Filosofia não têm similar na profundidade e assinalam a viragem decisiva de novas direções e de nova metodologia. Tudo o que as precede pertence, por assim dizer, à proto-história do assunto, porque foi a partir das páginas hegelianas, nas quais os problemas da História da Filosofia foram vistos pela primeira vez como problemas filosóficos... (De Carvalho, 1974, p. 5)

Hegel, metafísico genial, cuja filosofia desentranhou novas interpretações do mundo humano, foi o instaurador do conceito moderno de história da filosofia. (id., *ibid.*, p. 14).

A partir daí podemos entender a filosofia como ciência portadora de uma historicidade inerente a ela, e entender qual é o papel da história da filosofia para que se tenha um conhecimento mais abrangente da filosofia em todas as suas épocas e doutrinas. O Prof. Arthur Versiani Vellôso traz, no início do seu trabalho dois trechos que reproduzo abaixo:

Em filosofia, o passado, a tradição, a história, é tudo. Porque a filosofia não é uma construção arbitrária de um pensador isolado. É um somatório lento e progressivo, de todas as civilizações e de todas as culturas, do que elas têm de mais apurado, de mais escolhido e seletivo, nos domínios do pensamento abstrato, e nos campos de todas as ciências e de todas as artes. Em filosofia, talvez ao revés do que se dá com outros estudos, temos de marchar sempre, com os olhos voltados para o passado... Será a história da filosofia uma disciplina filosófica, uma parte da filosofia, e como tal a melhor introdução ao estudo da filosofia em si? Bastaria a um filósofo conhecer muito bem a história da filosofia para posteriores e originais criações? Que importância tem essa história para o estudante e para o estudioso da filosofia? Que falta faz? (Vellôso, 1961, p. XVII).

Neste trabalho procuraremos demonstrar a importância atribuída por Hegel ao estudo da história da filosofia, bem como demonstrar os prováveis fatores determinantes deste seu entendimento, seja do ponto de vista mesológico, seja do ponto de vista da sua filosofia. Buscaremos justificativas para explicar que Hegel tenha dado o maior relevo à história da filosofia, tanto em sua cátedra, como em sua

produção intelectual: justificativas concernentes à contextualização histórica da proposta hegeliana, e outras concernentes à consideração da filosofia como fenômeno evolutivo, e sempre relacionado ao seu contexto cronológico e geográfico. Iniciaremos com uma contextualização histórica, procurando demonstrar de que forma e até que ponto o momento histórico vivido por Hegel secundou tal interesse, valorizando e ressaltando a importância e o protagonismo da Alemanha no ressurgimento da filosofia no cenário acadêmico e intelectual. A seguir, procuraremos discorrer sobre as partes do primeiro capítulo do livro, “Conceito da História da Filosofia”, buscando também nelas justificativas e explicações para as questões colocadas acima. Na conclusão, buscaremos trazer as nossas impressões sobre o que foi tratado na monografia, com a tentativa de formulação de um epítome desta primeira parte do livro.

Discurso Inaugural de Heidelberg - Contextualização histórica

Hegel tinha 36 anos quando, em 14 de outubro de 1806 ocorreram as Batalhas de Auerstedt e Jena, nas quais a França de Napoleão foi a vencedora, conquistando o controle das aludidas cidades. Logo a seguir, a Universidade de Jena foi fechada. Certamente todo este período das Guerras Napoleônicas, e a entrada triunfal dos franceses em Berlim, causaram grande impacto em Hegel.

A influência deste período da história alemã sobre Hegel, documentada também em sua atuação como editor-chefe do *Bamberger-Zeitung* (1808), de inclinações francófilas, se faz notar de maneira bem clara em seu Discurso Inaugural de investidura na cátedra da Universidade de Heidelberg, notadamente quando afirma que, após um período em que permaneceu silente, a filosofia novamente ergueu a voz, esperando ser novamente ouvida.

De fato, parece chegado o momento em que na filosofia se cravam as atenções e simpatias. Depois de ter emudecido, se assim me é lícito exprimir, logra esta ciência de novo erguer a voz, na esperança de que o mundo, anteriormente surdo aos seus brados, volte a dar-lhe ouvidos. (Hegel, 1999, p. 375).

Este silêncio se deveu ao fato de que os interesses mais elevados e superiores da vida interior, e a esfera da mais pura espiritualidade - dentre eles as atividades da academia - foram sacrificados, tendo-se privilegiado interesses mais vulgares e banais da vida cotidiana, mais valorizados nesses tempos de instabilidade (certamente uma referência às dificuldades e demandas do período da guerra). Para Hegel, naqueles tempos, o espírito do mundo ateu-se mais à realidade física, em detrimento de uma maior atenção sobre si mesmo.

Mas a necessidade do tempo e o interesse dos importantes acontecimentos mundiais, a que já nos referimos, impediram igualmente entre nós o estudo sério e profundo da filosofia, e desta desviaram a geral atenção. O resultado foi que os homens de talento se aplicaram aos problemas de ordem prática e só os espíritos apoucados e superficiais elevaram a voz e pontificaram no campo da filosofia. (id., *ibid.*, p. 376).

Mas, após a vitória da sexta coalizão (Prússia, Áustria, Rússia e Suécia) sobre os franceses na Batalha das Nações, ou Batalha de Leipzig, em outubro de 1813, puderam ressurgir as condições para o advento da nacionalidade e espiritualidade alemãs. Hegel diz em seu discurso que o Estado, que, até então, absorvera todos os interesses e esforços, dará espaço para que a Igreja e a espiritualidade novamente divida esse protagonismo. Ou seja, que ressurgja pela Alemanha, o interesse pelas coisas do mundo do espírito. Vejamos como está no texto:

Agora que o fluxo da realidade sofreu uma interrupção, agora que a nação alemã principia a tomar consciência de si própria, agora que o povo alemão salvou a sua nacionalidade, fundamento de toda a vida viva, é lícito esperar que, ao lado do Estado, que absorvera todos os interesses, também a igreja venha a soerguer-se, e que além do reino do mundo, em torno do qual até o presente se tinham congregado os pensamentos e os esforços, se volte de novo a pensar no reino de Deus. Por outras palavras, é lícito esperar que, a par dos interesses políticos ligados à trivial realidade, floresça uma vez mais a ciência, o livre e racional mundo do espírito. (Hegel, 1999, p. 375).

Vale a pena destacar que, nessa dicotomia entre o Estado e a Igreja, entre os interesses de ordem prática e os interesses espirituais, Hegel localiza a filosofia e a ciência sob o campo da Igreja, o que implica num conceito bastante amplo e, digamos, progressista, de Igreja, ou, como Hegel o nomeia: “o livre e racional mundo do espírito”. Isso é importante para deixar claro que Hegel não evoca aqui uma oposição tosca entre Religião e Razão.

Para contextualizarmos e entendermos melhor esta parte do seu discurso, vamos recorrer a alguns trechos da Introdução de J. F. Kervégan, e de certas notas do professor Marcos Lutz Müller em sua tradução das *Linhas fundamentais da filosofia do direito*, de Hegel, especialmente com relação ao contexto polêmico do Prefácio dessa obra.

Jean-François Kervégan, maior especialista de Hegel na França atualmente, nos ajuda na contextualização desse período da vida de Hegel, como podemos verificar no item “Os contextos de uma Obra”, da sua Introdução às *Linhas fundamentais da filosofia do direito*. Deste trecho podemos retirar o que se segue:

No início do outono de 1820, o livro de Hegel, *Linhas fundamentais da filosofia do direito*, que desdobra o trecho do “Espírito objetivo” da “Filosofia do Espírito”, que é a terceira parte da *Enciclopédia*, chega às livrarias, e em meados de outubro Hegel encaminha um exemplar ao chanceler da Prússia, príncipe Hardenberg. Esta atitude contribuirá para que, no futuro, Hegel seja chamado de “filósofo do Estado Prussiano” (Haym apud Kervégan, 2022, p. 29). Mas, já nesta época, a Prússia se encaminhava para deixar a era das reformas progressistas iniciada na sequência da derrota de Napoleão. Era chegada a época da Restauração, de corte extremamente conservador. O projeto do livro é, provavelmente, anterior à chegada de Hegel a Heidelberg, sendo que, já no inverno de 1817-18, ele ministrara um curso intitulado “Direito Natural e Ciência do Estado”. Embora considere-se que este projeto tenha alcançado o seu amadurecimento bem antes de 1820, sabemos que, durante seus oito anos no liceu de Nuremberg, Hegel não teria como prever as profundas

modificações que ocorreriam nas circunstâncias do seu trabalho, e a influência dessas mudanças nas características finais da obra em tela. Estas modificações se dariam nas esferas geográfica e institucional. De outubro de 1816 a outubro de 1818, Hegel, na condição de professor universitário, passará por Heidelberg, chegando a Berlim, o centro, como ele mesmo diria. (Kervégan, 2022, p.33). A atração de Hegel por Berlim se justifica pelo papel decisivo que a cidade teve na vitória sobre Napoleão, e pela vocação que Hegel nela reconhece de protagonismo (juntamente com toda a Prússia) na Confederação Germânica. Hegel se sentia atraído pela política prussiana de reformas nas esferas social, política e administrativa, encabeçadas por Hardenberg e, no campo cultural-educacional-científico, por W. Humboldt. (id., ibid., p.34). E especialmente atraído pela tendência de adoção de um regime constitucional.

Mas quando, em setembro de 1818, Hegel chega à Prússia, já não encontra o esperado ímpeto reformista. Há uma tendência conservadora predominando sobre a corte. Esta situação se acentua, tanto na Prússia como em toda a Alemanha, após o assassinato, em 23 de março de 1819, do escritor conservador Kotzebue pelo estudante militante Karl Ludwig Sand. Este fato torna-se pretexto para que seja abafado por bastante tempo o projeto de adoção de um regime constitucional, e também a própria unificação alemã. Estes só serão retomados em 1848, mas também sem levar adiante as suas mais sérias promessas. As decisões de Karlsbad entrarão em vigor na Prússia em agosto de 1819, ensejando um período de severa censura sobre a imprensa, e sobre o universo acadêmico (professores e alunos). A perseguição contra alunos e professores acaba por trazer inquietação a Hegel. Contudo, ele parece tentar adotar posição de prudência e distanciamento em relação a posicionamentos mais polarizados, o que lhe rende reprovações, inclusive, da parte de pessoas mais próximas. Kervégan encerra este tópico relatando o que Hegel escreveu a um amigo:

Numa carta a seu amigo, o helenista Creuzer, de Heidelberg, após ter relatado de maneira bem distante a repressão na Universidade de Berlim, ele escreve: 'Que isso não contribua para aumentar a serenidade dos espíritos, é algo muito compreensível [...]. Vou completar cinquenta anos, trinta dos quais passei nesses tempos turbulentos em que se alternam o medo e a esperança, e esperava que isso tivesse terminado. Agora, sou obrigado a constatar que isso continua, e mesmo, nas horas sombrias, pensa-se que isso piora cada vez mais'. (Kervégan, 2022, p. 38-39).

Para elucidar um pouco mais esse cenário, vejamos o que diz, explicando trechos do Prefácio da *Filosofia do direito*, o professor Marcos Müller, tradutor do texto para o português. Na nota nove, o tradutor ressalta que, conforme Kervégan, Hegel

menciona no Prefácio a expressão “espírito da verdade”, referindo-se assim (indiretamente) a Fries, pois este a teria utilizado reiteradas vezes em sua fala, por ocasião das festividades do tricentenário da Reforma protestante e do quarto aniversário da vitória prussiana sobre Napoleão (batalha de Leipzig), evento em que o nacionalismo, o antissemitismo e a demagogia mostraram seus dentes, para o horror de Hegel. O local do evento, o Castelo de Wartburg, veio a se tornar ponto de reunião da militância “liberal” universitária, e os movimentos de outubro de 1817 estimularam, como reação, a adoção de medidas autoritárias e repressivas pelas autoridades prussianas, resultando nos Decretos de Karlsbad.

A nota 18 retoma o tema das celebrações, em 17 e 18 de outubro de 1817, da libertação da autoridade do papado romano, e da tirania da dominação estrangeira. Conforme esta nota, na fala de Fries à ocasião, já se observam tons nacionalistas e antissemitas.

O discurso de Fries nesta ocasião esboça uma visão nacionalista da unidade alemã numa perspectiva idealizada, vagamente republicana e comunitária, permeada por resíduos antissemitas, que permanece para Hegel no nível de uma “representação”. (Müller, in Hegel, 2022, p. 129).

Toda essa movimentação é vista por Metternich (chanceler da Áustria) e pelas autoridades alemãs conservadoras como contrárias ao Estado e ao status quo. Os ânimos do movimento estudantil se exaltam, e cresce o sentimento nacionalista na Alemanha. Nessa atmosfera conflituosa, em 23 de março de 1819 o escritor Kotzebue, suspeito de ser espião russo, é assassinado pelo estudante de teologia Karl Ludwig Sand. Todos esses fatores levam os governos dos Estados alemães a uma resposta autoritária, com a censura e o expurgo de alunos e professores. Sand é condenado, e decapitado em 5 de maio de 1820.

Neste contexto, Hegel irá criticar veementemente o “princípio da convicção” de Fries, visto que nele se retoma, de maneira tosca, a velha oposição entre fé e razão como absolutamente separadas uma da outra. É contra tais convicções político-nacionalistas infundáveis que Hegel desdobrará os parágrafos da sua *Ciência do Estado* ou *Filosofia do direito*.

É neste contexto que o conceito de “convicção” (Überzeugung), no sentido de uma fé subjetiva inquebrantável na legitimidade da ação intencionada, fundada no sentimento interior, propalado pelo professor Fries, e a referência à “figura da piedade” tornam-se o objeto da crítica virulenta de Hegel. (Müller, in Hegel, 2022, p.130).

Na nota 26, conforme escreve o professor Marcos Müller, Hegel discorre acerca do papel que a filosofia assumiu na Alemanha de então, seja por seu prestígio popular, seja por sua existência como a serviço do Estado, e sobre as naturais contrapartes reciprocamente prestadas, pelo Estado (como garantidor da filosofia), e pela filosofia (fundamentando o Estado). Hegel deprecia a filosofia do sentimento e do saber imediato, o princípio da convicção subjetiva de Fries, destacando o seu papel nocivo à filosofia e aos governos, e justificando as duras medidas adotadas então pelo Estado. Ele defende a existência pública da filosofia, bem como o combate contra a antifilosofia presente inclusive em círculos de governo:

Mas o apelo de Hegel à proteção e à tolerância pelo Estado da existência pública da filosofia, oriunda da sua crítica às pseudofilosofias do sentimento e da convicção subjetiva, não visa a tolher a liberdade de pesquisa, de determinação do teor dos programas e da docência filosóficas, mas tem, mormente, outro endereço certo, que é o combate contra a antifilosofia reinante em círculos ministeriais, cujas “imprecações e presunções correntes em nosso tempo contra a filosofia” não são senão formas reativas de oposição à pseudofilosofia vigente, em cujo “elemento elas mesmas estão enraizadas”. Assim, juntamente com a sua diatribe contra as pseudofilosofias, Hegel combate a antifilosofia governamental ao exigir do Estado a proteção e tolerância para com a existência pública da filosofia (Müller, in Hegel, 2022, p.136)

De volta a seu Discurso Inaugural de Heidelberg, vimos que, para Hegel, as mentes de maior talento do seu tempo vinham dedicando as suas atenções e os seus esforços aos problemas de ordem prática, tendo a filosofia, em seu tempo, sido bastante olvidada, e ficado aos cuidados de poucos. Foi um tempo em que a soberba demonstrada pelas ciências que tratam do material dominou a cena intelectual da época. A filosofia nunca foi tão descurada em solo alemão como nesses dias e é desse caldo que se forma a “filosofia” de Fries. E a nação alemã teve a missão de ser a guardiã, e de fazer ressurgir a filosofia no universo cultural e científico europeu do século XIX. Certamente contribuiu para esse ressurgimento da filosofia o impulso alemão no sentido de sanar a relativa defasagem em relação aos movimentos políticos e econômicos (industriais) já presentes em outros pontos da Europa.

De fato, parece chegado o momento em que na filosofia se cravam as atenções e simpatias. Depois de ter emudecido, se assim me é lícito exprimir, logra esta ciência de novo erguer a voz, na esperança de que o mundo, anteriormente surdo aos seus brados, volte a dar-lhe ouvidos. Por um lado, a instabilidade dos tempos atribuiu excessiva importância aos vulgares e banais interesses da vida cotidiana; por outro lado, os elevados interesses da realidade e as lutas em torno deles travadas trouxeram à liça as potências do espírito e os meios externos: a mente não pôde conservar-se livre no exercício da vida interior e superior, nem na esfera da mais pura espiritualidade, de sorte que as naturezas mais bem prendadas se quedaram

em parte prisioneiras daqueles interesses e por eles foram sacrificadas. (Hegel, 1999, p. 375)

Hegel parece reivindicar para si, e possivelmente para a sua geração de acadêmicos, o mister de fazer ressurgir a filosofia no rol dos interesses acadêmicos de sua época;

Consideramo-nos chamados pelo espírito mais profundo do tempo a reagir contra tal superficialidade e a cooperar com seriedade e probidade germânicas na obra de retirar a filosofia da solidão onde se refugiara. Saudamos ao mesmo tempo a aurora de uma era mais esplendorosa, em que o espírito, violentado para o exterior, possa voltar a si próprio e conquistar o território onde estabeleça o seu reinado, onde os ânimos se alteiem por sobre os interesses do momento e se tornem capazes de acolher o vero, o eterno, o divino, de contemplar e de compreender o que de mais sublime existe. Nós, os velhos, que nos fizemos homens em meio das tempestades da época, podemos reputar-vos felizes, a vós, que estais na flor da juventude e, por isso mesmo, vos encontrais em condições de a consagrar toda à ciência e à verdade. (id., *ibid.*, p. 376).

Este mister implica na intenção de arrebatrar as novas gerações para o que Hegel chama de cultura científica superior. E faz uma exortação a esta geração: “De início, uma só coisa exijo: confiai na ciência e em vós mesmos. A coragem da verdade, a fé no poder do espírito é a condição primordial da filosofia” (id., *ibid.*, p.376). No intuito de fazer renascer a filosofia, certamente terá um importante papel a reinvenção da História da filosofia.

Introdução à História da Filosofia

Na introdução das *Lições sobre a história da filosofia*, Hegel já de início adverte os postulantes ao seu estudo de que a história da filosofia tem a sua validade, quer seja ela vista em sua forma exata, quer seja de forma equivocada, visto que também o equívoco a alimenta, e se torna evidente e superado pela própria história da filosofia.

A quem pretenda tratar a história da filosofia impõe-se imediatamente uma observação preliminar: embora ela ofereça sumo interesse quando o seu objeto for considerado de modo condigno com a sua dignidade, no entanto nunca perde o interesse, mesmo quando a sua finalidade seja compreendida às avessas. Pode até afigurar-se que este interesse aumente em importância na medida em que a concepção da filosofia se torna mais errada, devido à contribuição da história da filosofia, visto que da história da filosofia se tira a prova principal da nulidade desta ciência. (Hegel, 1999, p. 379).

Em geral, a história da filosofia é apresentada como sinal da nulidade da filosofia em virtude do cenário de quase completa anarquia e desordem em que se descortinam aparentemente os grandes embates filosóficos. Além disso, embora devamos admitir que a história se esforce em contar os fatos sem se deixar influenciar por vieses particulares, não se pode negar que uma concepção preconcebida sobre tal história poderá influenciar na seleção dos fatos aos quais se atribua maior relevo. Na história da filosofia isso se observa, e com grande frequência, sendo possível apontar histórias da filosofia “nas quais se encontra tudo menos aquilo que entendemos por filosofia”.

[...] a história dum assunto está intimamente conexa com a concepção que dela se faça. [...] Assim, por exemplo, pode acontecer que um leitor, tendo formado uma concepção acerca do que é verdadeiramente um Estado, não consiga descortiná-la verificada na história política dum país. Casos idênticos dão-se, e em maior número, na história da filosofia; e podem citar-se exposições desta história, nas quais se encontra tudo menos aquilo que entendemos por filosofia. (id., *ibid.*, p. 379).

No caso da história da filosofia temos uma peculiaridade, que pode mesmo ser entendida como desvantagem ou problema, qual seja, a de que a filosofia, como objeto de estudo historiográfico, “admite as mais variadas concepções no que respeita ao seu conteúdo e função”, ao contrário de outras histórias que têm muito bem definido o seu objeto. A necessidade de se eleger uma linha filosófica sobre a qual se fará o tratamento historiográfico, inevitavelmente confere a este trabalho um caráter unilateral, por não contemplar outras concepções alheias ao seu próprio argumento.

E se este primeiro pressuposto, a concepção do argumento da história, não ficar bem assente, todo o edifício da história se ressentirá; só alcançará estabilidade quando e na medida em que pressupuser determinada concepção; mas, nesse caso, dificilmente escapará à nota de unilateral, por

não atender às concepções alheias ao próprio argumento. (Hegel, 1999, p. 379-380).

Porém, podemos identificar ainda um outro problema, possivelmente mais grave: a frequente falta de domínio, por parte dos historiadores da filosofia, dos genuínos conceitos capazes de conduzir a uma compreensão das obras filosóficas que vá além do mero sentido gramatical das palavras.

Os autores dessas histórias assemelham-se a animais que tivessem ouvido todos os sons de uma música, mas que não tivessem percebido o mais importante, a harmonia desses sons. (id., *ibid.*, p. 380).

Em vista de tudo isso, mais do que para a historiografia de qualquer ciência, para o estudo da história da filosofia é imprescindível que se tenha, à guisa de introdução, um estudo exordial que deixe claro sobretudo qual o objeto dessa história. Desta forma, ao invés de apenas elencarmos tudo que se tiver com o nome de filosofia, teremos verdadeiramente um estudo que toma as feições da própria ciência da filosofia.

A nenhuma das ciências mencionadas é tão necessário, como à história da filosofia, antepor à exposição do assunto uma Introdução, em que, primeiro que tudo, se defina bem o objeto cuja história se pretenda escrever. De fato, como iniciar o estudo duma disciplina, sem conhecer a primor o seu significado? Procedendo deste modo, ao compor a história da filosofia, limitarmos-nos a investigar e a reunir tudo o que em qualquer lugar e tempo tenha o nome de filosofia. Mas, pela simples determinação do conceito da filosofia, não de modo arbitrário, senão científico, tal estudo converte-se na própria ciência da filosofia, pois esta apresenta a característica de só aparentemente se iniciar o seu estudo pelo conceito; só o estudo, ou a tratção, por inteiro, desta ciência dá a explicação, e melhor ainda, a descoberta do conceito dela; e este conceito é essencialmente o resultado da tratção. (id., *ibid.*, p. 380).

Hegel inicia a “Introdução à História da Filosofia” trabalhando o conceito da ciência da filosofia e do objeto da sua história. Ressalva que os conceitos colocados de início serão justificados no desenrolar do trabalho, não se consistindo em pressupostos trazidos arbitrariamente.

As considerações que nesta Introdução fizermos não constituem tanto um princípio que preventivamente se deva estabelecer, quanto um princípio que será justificado e provado pela seqüência da exposição. E este só motivo basta para não situar as explicações preliminares na categoria de pressupostos arbitrários. A exposição preliminar de tais pressupostos, sejam eles muito embora essencialmente resultados, como se prova pela ulterior justificação dos mesmos, oferece ao menos o interesse que da menção preambular do conteúdo geral duma ciência pode advir: serve para desembaraçar o caminho de muitas questões e perguntas que por comuns prejuízos se podem fazer a uma história deste gênero. (id., *ibid.*, p. 380).

Nos primeiros parágrafos deste ponto da obra, Hegel afirma que o interesse central da história da filosofia reside, justamente, nos vínculos existentes entre as suas

sucessivas fases, não sendo estes apenas aparentes, mas trazendo em si as essências dos sucessivos momentos de sua história.

Quem quiser descortinar o ponto central, deve buscá-lo no nexos essencial que liga os tempos aparentemente passados com o grau atualmente alcançado pela filosofia. Tal nexos não é um fato exterior suscetível de ser descurado na história desta ciência; exprime, pelo contrário, o caráter íntimo da filosofia; (Hegel, 1999, p. 381).

Hegel exalta o papel dos pensadores na conquista do mais precioso tesouro, o “conhecimento racional” (id., ibid., p. 381), ao longo da história da filosofia, e por terem eles “logrado penetrar na essência das coisas, da natureza e do espírito, na essência de Deus” (id., ibid., p. 381). A esses pensadores Hegel chama de “espíritos nobres”, “heróis da razão pensante”.

Ele explica que, ao contrário da história política, na qual o indivíduo, enquanto autor das circunstâncias e dos fatos, imprime a estes as marcas da sua individualidade e dos seus atributos pessoais, na história da filosofia o conteúdo que se traz não tem o caráter personalista, sendo este conteúdo referido à própria doutrina ou ciclo histórico filosófico em tela. Mas, para além disso, o que possuímos hoje como “patrimônio da razão autoconsciente”, o estado da arte do pensamento filosófico, não é fruto apenas do conhecimento coetâneo, mas traz inevitavelmente o legado do pensamento humano deixado ao longo dos tempos. (id., ibid., p. 381).

O patrimônio da razão autoconsciente que nos pertence não surgiu sem preparação, nem cresceu só do solo atual, mas é característica de tal patrimônio o ser herança e, mais propriamente, resultado do trabalho de todas as gerações precedentes do gênero humano. (...)

Se alguma coisa somos no domínio da ciência e da filosofia, devemos-lo à tradição, a qual, através do que é caduco, e por isso mesmo passado, forma, segundo a expressão de Herder, uma corrente sagrada que conserva e transmite tudo quanto o mundo produziu antes de nós. (id., ibid., p. 381-382).

Este “patrimônio da razão autoconsciente” é mutável, e vai se enriquecendo e se aprimorando com as sucessivas contribuições do pensamento humano, “à maneira de rio que engrossa o caudal à medida que se afasta da nascente.” (id., ibid., p. 382).

Deste modo, aquilo que todas as gerações produziram como ciência, como patrimônio espiritual, constitui uma herança acumulada pelo trabalho de todos os homens que nos precederam, ... Ela (a herança) forma a alma das sucessivas gerações, a sua substância espiritual e como que um hábito transmitido, os seus princípios, prejuízos e riquezas; e, ao mesmo tempo, tal herança degradou-se ao ponto de servir de matéria para ser transformada e elaborada pelo espírito. Desta maneira se vai modificando o patrimônio herdado, e simultaneamente se enriquece e conserva o material elaborado. (id., ibid., p. 382).

É portanto este o mister de todas e de cada uma das gerações: assimilar o conhecimento herdado, e aprimorá-lo. E é justamente deste mister que se depreende

que a filosofia coetânea é o resultado da ação intelectual sobre o conhecimento herdado, e que esta mesma filosofia coetânea será o fundamento que resultará na filosofia vindoura.

É esta, precisamente, a posição e a função da nossa idade, como aliás de todas as idades: compreender a ciência existente, modelar por ela a nossa inteligência, e desse modo desenvolvê-la, elevá-la a um grau superior; no ato de a convertermos em propriedade nossa e individual, juntamos-lhe algo de que até então carecera. Desta característica da produção espiritual, que supõe um mundo espiritual preexistente e o transforma no ato de se apossar dele, segue-se que a nossa filosofia só pode existir enquanto ligada à precedente, da qual é necessário produto; e o curso da história mostra, não o devir de coisas a nós estranhas, mas sim o nosso devir, o devir do nosso saber. (Hegel, 1999, p. 382-383).

Desta relação referida entre a filosofia vindoura como o devir da filosofia predecessora, podemos inferir que o estudo da história da filosofia tem o condão de conduzir ao próprio autoconhecimento da ciência da filosofia em suas doutrinas. A filosofia e o seu devir são o resultado da atividade do "pensamento livre" voltado reflexivamente para si mesmo - o mais nobre dos atributos humanos -, e não o resultado de

um movimento passivo como imaginamos que seja o nascer do sol e da lua, movimento que se efetua sem contrariedade no espaço e tempo. O que devemos representar ao espírito é a atividade do pensamento livre; devemos representar a história do mundo no pensamento, o processo do seu nascimento e produção. Segundo uma antiga opinião, a faculdade de pensar é o que separa os homens dos brutos. Aceitamo-la como verdadeira. O que o homem possui de mais nobre do que o animal, possui-o graças ao pensamento: tudo quanto é humano, de qualquer forma que se manifeste, é-o na medida em que o pensamento age ou agiu. Mas sendo o pensamento o essencial, o substancial, o efetivo, dirige-se a objetos muito variados; pelo que importa considerar como mais perfeito o pensamento voltado sobre si mesmo, ou seja, sobre o objeto mais nobre que pode buscar e encontrar. (id., ibid., p. 383).

Trata-se então aqui de trazer à tona a história do encontro do pensamento consigo mesmo, num processo reflexivo de autogeração e autoconhecimento. Resultam desse processo as filosofias e descobertas que acabam por retroalimentar este mesmo processo.

A história que nos propomos fazer é a história do pensamento que a si próprio se encontra; e por meio do pensamento acontece que ele se encontra na medida em que se produz; por isso só existe e é real na medida em que se encontra. As manifestações deste processo são as filosofias, e as séries das descobertas, de que o pensamento se vale para se descobrir, constituem o trabalho de dois mil e quinhentos anos. (id., ibid., p. 383).

Neste ponto da Introdução, Hegel ressalta três questões acerca do pensamento. A primeira diz respeito ao possível conflito quando consideramos que o pensamento, que enquanto essencialmente pensamento é fixo e perene, pode ter uma

história, já que esta, ao contrário, trata do que é mutável, daquilo que já não existe, ao menos em suas antigas feições. Ele afirma que, na presente obra, tratará do “pensamento vero e necessário”:

[...] como é que este mundo intelectual consegue ter uma história? Na história apresenta-se o que é mutável, o que mergulha na noite do passado, o que já não existe; pelo contrário, o pensamento vero e necessário — e, aqui, só deste nos ocuparemos — não é suscetível de mudança. (Hegel, 1999, p. 383).

A segunda questão pode ser dividida em duas partes, e se refere, primeiramente, a como distinguir o nosso objeto de estudo, a filosofia, de outros que, da mesma forma, advém do movimento do pensamento, mas que irão compor outras linhas de estudo. Podemos citar a religião, a história política, as constituições dos Estados, as artes e as ciências. E também perguntaríamos, qual a convergência entre eles e a história; ou como se engendrariam as suas histórias.

Em segundo lugar, apresentam-se à mente, além da filosofia, muitos outros objetos de importância, os quais, sejam embora produto do pensamento, ficam excluídos da nossa investigação, tais como a religião, a história política, as constituições dos Estados, as artes e as ciências. Ocorre perguntar: como distinguir estes produtos daqueles que formam o objeto do nosso estudo? Mais. Que relação medeia entre eles e a história? Sobre estas duas questões precisamos dizer alguma coisa, o bastante para elucidar a maneira como entendemos tratar a história da filosofia. (id., *ibid.*, p. 383-384).

Em terceiro, Hegel ressalta a importância do olhar capaz de abarcar o todo, e não apenas as particularidades, destacando o papel da filosofia e da história da filosofia para que se alcance este intuito:

Do mesmo modo que se abarca num relance uma paisagem que se vai estreitando à medida que demoramos o olhar em cada uma das partes que a constituem, assim também o espírito deseja compreender a relação entre as filosofias particulares e a filosofia geral, porque o valor das partes singulares deriva principalmente da relação entre elas e o todo. Isto obtém-se, acima de tudo, por meio da filosofia e da história da filosofia. (id., *ibid.*, p. 384).

Essa necessidade de uma visão do conjunto pode parecer menos primordial à história, que, segundo alguns pontos de vista, trata de uma sucessão de eventos isolados. Contudo, seja qual for o objeto da história, a sua linha do tempo sempre guardará relação com a situação do seu objeto.

Tudo, na história, tem significado só pela sua relação com algum fato geral e em virtude da sua ligação com ele; descobrir este fato geral chama-se compreender o seu significado. (id., *ibid.*, p. 384).

Finalmente, mais três pontos serão analisados nesta Introdução, em relação ao âmbito, à finalidade, e ao nexo racional entre os estágios da filosofia. O primeiro diz respeito à finalidade da história da filosofia, seu significado, seu conceito e escopo;

justamente para que se saiba como tratar o tema. Dessa reflexão chegaremos à conclusão de que a história da filosofia, mais do que colocar a sua sucessão de eventos, mergulha no próprio conteúdo da filosofia e das filosofias, sendo assim também científica, como verdadeira ciência da filosofia.

Em segundo lugar, buscar-se-á estabelecer de forma mais precisa o conceito da filosofia, excluindo-se então da esfera de laboração da história da filosofia aqueles outros produtos do pensamento e da cultura dos povos, que por serem aparentados ou assemelhados à filosofia, possam por vezes ser tomados por ela. É o caso da religião e das mitologias, das ciências acerca do Estado etc.

A religião e as ideias nela e acerca dela expressas, especialmente sob forma de mitologia, apresentam-se, pelo seu conteúdo, tão aparentadas com a filosofia, que os confins de uma e de outra se confundem. Outro tanto se pode afirmar das demais ciências: as ideias de cada uma delas sobre o Estado, sobre os deveres e sobre as leis, são tão parentes da filosofia pela forma, como a religião o é pela substância. (Hegel, 1999, p. 384-385).

Em terceiro, Hegel destacará a existência do liame, a conexão entre os sucessivos momentos da história da filosofia, o que permitirá caracterizá-la como ciência.

Do conceito do âmbito e da finalidade, como resulta destes primeiros pontos de vista, importará passar à consideração de um terceiro ponto, isto é, ao exame geral e à divisão do curso da história da filosofia em momentos necessários. Esta divisão permitirá mostrar essa história como um todo orgânico em via de progresso, como um nexó racional. Só deste modo alcançará a dignidade de ciência. (id., *ibid.*, p. 385).

Conceito da História da Filosofia

Quando iniciamos o estudo da história da filosofia, já no início nos deparamos com uma contradição existente no seu objeto de estudo, referente aos conceitos de história e de filosofia. A filosofia, que tem como propósito a verdade, irá em busca do que é imutável e perene, em si e por si. Já a história trata daquilo que se modificou, ou que deixou de existir como era, passando a ser algo diverso.

De fato, verificamos ser eterna a verdade: não cai no âmbito do que passa, e por isso não tem história. Mas, se, por outro lado, tem história, uma vez que esta história não é mais do que a representação duma série sucessiva de formas passadas do conhecimento, a verdade não pode encontrar-se nesta sucessão histórica, porque a verdade não é coisa que passa. (Hegel, 1999, p. 387).

Deve-se observar também a diferença entre a história da filosofia e a história das outras ciências. O cristianismo tem uma história relativa à sua igreja e aos seus seguidores, e também uma história da sua verdadeira doutrina, com os seus desvios e dissensões.

O cristianismo tem uma história da sua difusão, da vida dos seus sequazes, etc.: isto, pelo fato de ter concretizado a própria existência na Igreja, fez que esta Igreja constituísse determinada vida exterior sujeita a diferentes variações temporais, a multiformes vicissitudes, de maneira a possuir verdadeiramente uma história. Mas, no que concerne exclusivamente à doutrina cristã, esta, embora não sendo privada de história, necessariamente alcançou depressa o seu desenvolvimento e assumiu expressão imutável... A história desta doutrina no seu âmbito mais largo compreende dois elementos: por um lado, as várias adjunções a esta verdade fixada como imutável, e os vários desvios desta mesma verdade: por outro lado, a luta contra estes abastardamentos, e as tentativas de a purificar das escórias pela volta à simplicidade originária. (id., ibid., p. 388-389).

Todos os domínios do conhecimento humano, e todo o construto resultante da atividade do pensamento, nas mais diversas áreas como as ciências ou a filosofia, têm a sua trajetória. Desta forma, as histórias desses diversos saberes podem, em princípio, ser levantadas em seus diferentes atores e diferentes momentos, desde as suas etiologias, passando pela sua desenvolvimento, plenitude, ocaso e vicissitudes. Bem assim, podemos dar evidência às inter-relações da filosofia com a religião e o estado. Destas, Hegel irá levantar questões como o porquê a filosofia, sendo doutrina da verdade, germina em raras mentes, em poucos povos, e em apenas alguns momentos históricos.

A filosofia tem uma história da sua origem, da sua difusão, do seu ponto culminante, da sua decadência e do seu renascimento; além disso, uma história dos seus mestres, dos seus fautores e também dos seus adversários; finalmente, uma história das suas relações externas com a religião e, uma vez

por outra, com o Estado. Este aspecto da sua história dá origem a interessantes problemas. Entre outros, poder-se-ia perguntar por que motivo a filosofia, que é doutrina da verdade absoluta, aparece limitada a um número relativamente exíguo de personalidades e só em determinados povos e em particulares períodos de tempo. (Hegel, 1999, p. 388).

Do cotejamento dos conteúdos internos da história da filosofia com os da história da religião, percebe-se que o conteúdo do cristianismo permanece fundamentalmente mantido. Já com relação ao conteúdo da filosofia, não se observa nem a persistência de um conteúdo simples e completo, nem a mera expansão de um conhecimento anteriormente atingido.

O conteúdo do cristianismo, que é verdade enquanto tal, permaneceu invariado, e por esse motivo não tem história ou a sua história se reduz ao mínimo. Donde se segue que da religião, à base da definição fundamental pela qual é cristianismo, está ausente a contradição indicada. Nem oferecem dificuldade os desvios e acréscimos sucessivos dotados de caráter contingente, e que por isso mesmo são simplesmente históricos. (id., *ibid.*, p. 388).

Pelo contrário, a história da filosofia não ostenta nem a persistência dum conteúdo simples e completo, nem o processo dum pacífico aumento de novos tesouros aos anteriormente conquistados. (id., *ibid.*, p. 389).

I. Ideias Comuns relativas à História da Filosofia

a) A História da Filosofia como galeria de opiniões

Para Hegel o conteúdo da filosofia não é fruto de ações exteriores, ou da influência das paixões, materiais ou não, mas é na verdade fruto das ideias. Contudo, aquelas ideias que, mesmo tratando dos objetos próprios da filosofia, Deus, a natureza, o espírito, têm caráter contingente quanto ao seu conteúdo, não passam de opiniões filosóficas. Tem-se então uma concepção errônea da filosofia como sendo uma compilação de tais opiniões, permeadas por anotações acerca da cronologia e dos aspectos históricos do seu desenvolvimento. As histórias da filosofia que assim se limitam a elencar opiniões filosóficas, tratando-as como ideias da Filosofia, não têm interesse para o real estudo científico da filosofia.

Repare-se que o conteúdo da filosofia não é dado nem por ações exteriores nem pelas ocorrências das paixões e da fortuna, mas sim pelas idéias. Mas as idéias contingentes não são mais do que opiniões filosóficas, e denominam-se precisamente opiniões filosóficas as que dizem respeito aos objetos próprios da filosofia, quer dizer, Deus, a natureza, o espírito. (id., *ibid.*, p. 389).

Se a história da filosofia mais não fosse do que uma galeria de opiniões sobre Deus e sobre a essência das coisas naturais e espirituais, teríamos de a declarar ciência supérflua e fastidiosa, por maior que fosse a utilidade derivada do exercício do pensamento e da erudição. (id., *ibid.*, p. 390).

Todas as histórias da filosofia que expõem e tratam as ideias da filosofia como se fossem opiniões deixam imediatamente transparecer a sua aridez e incapacidade de suscitar o interesse. (Hegel, 1999, p. 390).

Uma opinião não é uma ideia universal, não existe em si e por si, e não pode compor a Filosofia. Esta, a Filosofia, é a ciência objetiva da verdade, sendo a opinião o seu oposto.

Uma opinião é uma representação subjetiva, um pensamento qualquer, uma fantasia que eu posso ter dum modo e outros de outro modo; uma opinião é coisa minha, nunca é uma ideia universal que exista em si e por si. Mas a filosofia não contém nenhuma opinião, porque não existem opiniões filosóficas. (id., *ibid.*, p. 390).

Os opositores da Verdade na Filosofia são: de um lado o pietismo, para o qual o pensamento, não podendo conhecer a verdade, conduz à dúvida insanável, devendo-se portanto admitir o caminho da fé cega e obcecada; e de outro lado, a razão que, ao reconhecer a incapacidade de conhecer a verdade, adota o pressentimento interior, que é subjetivo, e portanto, uma opinião individual (tal como vimos em Fries). Esta, ao ser adotada como convicção individual resultante não de sentimentos, mas de conceitos, acaba por se converter em instrumento para o conhecimento. Neste ponto devemos distinguir a diferença entre a convicção baseada em sentimentos, aspirações, intuições etc (que não passa de opinião), e a convicção que advém do pensamento e da compreensão do conceito e da natureza do objeto.

Indiscutivelmente, a convicção individual é o fato último e absolutamente essencial que a razão e a sua filosofia, do ponto de vista subjetivo, reclamam para o conhecimento. Existe, porém, diferença entre a convicção baseada em estados subjetivos — isto é, sentimentos, aspirações, intuições, etc. — e a convicção que brota do pensamento e da compreensão do conceito e da natureza do objeto. No primeiro caso, a convicção não passa de mera opinião. (id., *ibid.*, p. 391).

Tal inconformidade entre opinião e verdade é antiga, já encontrada no antagonismo entre opinião (*doxa*) e ciência (*epistème*), apresentado por Platão.

Ao considerarmos a história da filosofia simplesmente como a compilação das ideias especiais dos diversos autores, com suas circunstâncias e cronologias, estaremos deixando de lado o trabalho da razão pensante na busca da verdade da filosofia. E embora alguns autores admitam a afirmação “de que a verdade não se pode conhecer”, Hegel diz que dessa forma não haveria como entender o porquê de ainda o homem se ocupar da Filosofia. Ele defende a ideia de que “a verdade consiste no saber”, mas que este saber advém da reflexão exercida sobre o objeto que se quer conhecer. A verdade não pode, portanto, ser reconhecida de forma imediata pela

intuição ou visão, mesmo que tal verdade “seja exterior e sensível”, “mas unicamente por meio do trabalho do pensamento”.

b) A prova da vaidade do conhecimento filosófico tirada da História da Filosofia

Hegel afirma que as diferentes opiniões filosóficas e sistemas filosóficos existentes trazem dúvida a quem quer que se dedique ao seu estudo, quanto a qual caminho seguir. Dúvida esta que certamente esteve presente em muitas mentes brilhantes, que acabaram por trilhar caminhos que foram posteriormente refutados.

Tal divergência entre os diversos caminhos do estudo da filosofia parece um mal à primeira vista. E também acaba por servir de pretexto aos seus falsos defensores, para justificar o seu abandono e a afirmação de que é inútil a busca pelo conhecimento filosófico da verdade. Além do mais, há a dificuldade de saber qual é a verdadeira filosofia, pois cada uma das suas correntes reclama para si o privilégio de ser “a verdadeira”. A filosofia deve ser verdadeira ciência, e ser verdadeira. “Por conseguinte, um pensamento sóbrio e ponderado forçosamente há de hesitar em decidir-se”.

De fato, acontece que toda filosofia nova sustenta que todas as outras nada valem; toda filosofia se ergue com a pretensão não somente de refutar as filosofias precedentes, mas de corrigir além disso os defeitos e de suprir as imperfeições delas e de ter encontrado finalmente a verdade. (Hegel, 1999, p. 393).

c) Esclarecimentos sobre a diversidade das filosofias

A diversidade das filosofias é um fato incontestável. Contudo, mesmo nessa diversidade poderemos encontrar naquelas verdadeiras filosofias o ponto em comum a elas, que é justamente “o serem filosofias”. “Por conseguinte, quem tiver estudado e compreendido uma filosofia, contanto que seja filosofia, por isso mesmo compreendeu a filosofia”.

Aquela maneira enganadora de raciocinar que somente olha a diversidade, por aversão e medo do particular no qual só se atua o universal, não conseguirá nunca captar e reconhecer esta universalidade. Eu equiparo tal maneira de raciocinar a um doente a quem o médico tivesse aconselhado a comer fruta, e que tivesse diante de si cerejas, ameixas, uvas, mas que por pedantismo se recusasse a tomá-las pela simples razão de que nada do que lhe tinham oferecido era fruta, senão cerejas, ameixas ou uvas. (id., ibid., p. 394).

A diversidade de filosofias que reconhecemos não deve significar que tenhamos um mero antagonismo estéril entre o verdadeiro e o falso. Na verdade, a contraposição das vertentes contidas neste universo das filosofias é condição para a ciência da filosofia e da sua história. Devemos ter em conta que a história a filosofia trata da própria filosofia, e da conquista da sua verdade. Enfim, tal história não se resume a um ajuntamento de fatos contingentes, havendo um vínculo estabelecido pela essência precípua das sucessivas doutrinas.

[...] nem a história da filosofia foi excogitada arbitrariamente por indivíduos singulares de maneiras diferentes umas das outras, mas há um nexó essencial no movimento do espírito pensante, onde domina a razão. (Hegel, 1999, p. 395).

II. Esclarecimentos Relativos à Definição da História da Filosofia

Neste ponto do seu texto, Hegel nos diz que a asserção de que a verdade é una se mostra então insuficiente, abstrata e formal. Ele diz que, num sentido mais profundo, é o pressuposto e o propósito da filosofia o reconhecimento de que esta única verdade é a fonte donde tudo mais se origina, donde se originam as leis da natureza e, como imagem destas, todas as manifestações da vida e da consciência; ou, num movimento de sentido oposto, é seu pressuposto e propósito tentar, a partir dessas leis, depreender como elas advieram daquela verdade primordial.

Para Hegel é fundamental admitir que a verdade não é um pensamento pontual e vazio, mas sim um pensamento determinado em si, caracterizado pela perenidade do seu conteúdo. Chega-se a esta percepção recorrendo-se aos conceitos do *Desenvolvimento* e do *Concreto*, que serão explorados a seguir.

a) O conceito do desenvolvimento

A filosofia tem a vocação de investigar o que se tem como cotidiano e supostamente, ou superficialmente, conhecido.

Para o perfeito entendimento do significado de desenvolvimento, é importante que se entenda primeiro que há dois diferentes estados. O primeiro é o que existe em si, ou seja, em potência, ainda como uma possibilidade. O segundo é o que existe por si, ou seja, já em ato, algo que antes apenas existia em potência, em si. Hegel cita o exemplo da racionalidade existente em si em um recém-nascido, mas que somente

existirá por si, em ato, no ser humano formado. Após tornar-se por si aquilo que era em si, o homem não deixa de ser o que era para tornar-se outro, mas realiza a sua determinação.

Hegel diz que a ação do pensar produz o pensamento que, de início abstrato e formal, vai se tornando mais definido, resultando no conceito. O pensamento na sua totalidade e na sua determinação em si e por si (quando o que ele tem em potência é realizado em ato) resulta na ideia. A ideia é a verdade, sendo imprescindível à verdade que esta tenha se desenvolvido, atingindo a compreensão de si mesma, até tornar-se aquilo que é. A ideia é o que é por ter feito de si aquilo que é.

O pensamento é o próprio objeto do pensamento para o homem. A razão é o próprio objeto da razão. E apesar de ser evidente a grande diferença entre o homem racional em si e o homem racional por si, não se trata de outros indivíduos, nem tampouco são possuidores de outros conteúdos mentais. A própria história da cultura e da civilização humanas, e a filosofia da história, tem os conjuntos das diferenças dos seus respectivos desenvolvimentos explicados a partir do que foi dito acima. As diferenças que vão se consolidando no tempo e no espaço não implicam em alteridade radical, mas se revelam como figurações diferentes de um mesmo processo de desenvolvimento. Hegel destaca que os distintos desenvolvimentos havidos nos diferentes tempos e nos diferentes povos explicam o porquê de existirem povos em estágios tão diversos de desenvolvimento humano, como por exemplo, países com escravidão, mesmo sendo o ser humano racional por natureza, e justamente por ser livre. Daí que tais diferenças não dizem respeito a níveis de capacidade mental ou racional diferentes, senão que apenas a configurações diferentes (com instituições sociais mais ou menos cumulativas e estabelecidas) do mesmo processo de desenvolvimento que os seres humanos perseguem por sua natureza.

Hegel usa também a comparação com a germinação da semente desenvolvendo-se em planta e finalmente em fruto, para então retornar à semente. O seu germe tem o impulso de extrinsecar-se, externar-se, mas não de forma desenfreada. Ele caminha para o retorno a si mesmo, para recriar-se. Muito embora considere-se que semente e fruto sejam entes separados, em verdade, são momentos de mesmo processo. Podemos também observar o exemplo que nos traz Johann Wolfgang von Goethe em sua obra *A Metamorfose das Plantas*. Goethe nos fala que,

no desenvolvimento de uma planta, o que se vê é, em verdade, uma sucessão de mudanças morfológicas que giram em torno apenas de uma forma, a da folha. Desde a semente, passando pelo cotilédone, caule, a própria folha, as folhas do cálice, a pétala, as anteras e pistilos, até a chegada ao fruto, e dentro dele uma nova semente, que reinicia o ciclo – vemos todas as etapas de uma planta em si que se tornará por si, e uma repetição cíclica desse processo. No mundo animal os pais e os filhos são indivíduos distintos, mas da mesma natureza. Engendra-se a diferença e a particularização, sem, no entanto, gerar qualquer alteridade radical entre os diferentes.

Já no espírito o processo se dá de forma diversa, mas também semelhante. “O espírito é consciência, livre porque nele coincidem princípio e fim” (Hegel, 1999, p. 397). Da mesma forma que a semente na natureza, o espírito retorna a si depois de se ter feito outro. Mas não como um novo indivíduo de mesma natureza. O espírito em si se faz outro, se faz o espírito por si, não de forma inexorável, mas sim pela ação do próprio espírito, retornando a si, e tornando-se si próprio.

Por conseguinte, o desenvolvimento do espírito consiste em que o seu extrinsecar-se e o seu cindir-se é simultaneamente o vir a si mesmo. Este ser consigo mesmo do espírito, este vir a si próprio, pode ser considerado como o seu fim mais elevado e absoluto; só isto ele quer e nada mais. (id., ibid., p. 397).

Este extrínsecar-se e cindir-se, este tornar-se outro pelo retorno a si, faz do espírito objeto de si mesmo, da sua própria ação, e conduz o espírito ao conhecimento da verdade de si mesmo, ao retorno a si próprio. E o espírito que não se submete ou depende de outro, logra alcançar a liberdade. Esta liberdade não se atinge no universo do sensível, do intuitivo, do impulso, mas apenas no pensamento, e nessa liberdade “encontra também expressão todo interesse contido na ideia e na filosofia”. (id., ibid., p. 397).

b) O conceito do concreto

O desenvolvimento é a atividade que, atuando em momentos distintos sobre o ser em si até o ser por si, forjará os traços do seu conteúdo. Mas o ato é uno, e essa unicidade dos momentos distintos estabelece como concretos o ato, o ser em si - aquilo que origina, que é o sujeito paciente da atividade -, e o produto deste processo. Este produto, o conteúdo, a ideia, constitui-se de um uno e do que ele se torna (outro),

e estes são um Terceiro, que é uno. A ideia, concreta em si, propende para que o que é em si se realize, tornando-se por si.

A filosofia, por prejulgamento, é tida como ciência que trata de abstrações e generalidades vazias, o que se explica por estar a filosofia na esfera do pensamento. Contudo, somente na forma ela pode ser tida como abstrata, pois a ideia é, em si, “essencialmente concreta, visto ser essa a unidade de distintas determinações” (Hegel, 1999, p. 398). Ao contrário da erudição árida e vazia, a razão filosófica, que é inimiga do abstrato, busca o concreto, a ideia desenvolvida, a verdade.

Se unirmos o conceito do concreto com o do desenvolvimento, obtemos o movimento do concreto. Com efeito, em si é já concreto em si mesmo e nós pomos apenas o que já existe: junta-se somente a forma nova, de sorte que aparece como distinto o que primeiro estava incluído no uno originário. (id., ibid., p. 398).

“O concreto é simples e, ao mesmo tempo, diverso” (id., ibid., p. 398). As suas diferenças estão no seu em si, sendo conduzidas à existência pelo processo do desenvolvimento. O produto desse devir, contudo, tem como mister o próprio retorno à sua verdade, que é mesmo ser no uno. Ou seja, cada conceito é, em si, um conceito diferente, singular, mas seu desdobramento e desenvolvimento completo dissolve tais diferenças no elemento universal da ideia, do que resulta que cada conceito é, em momentos diferentes e simultaneamente, singular (por seu em si ou teor específico: ser a unificação de um determinado múltiplo concreto), particular (por seu copertencimento a conceitos semelhantes de uma mesma esfera) e universal (em vista de seu ser em si e por si).

Hegel ilustra este conceito de concreto com exemplos de objetos sensíveis. Uma flor tem vários atributos como odor, sabor, forma, cor etc. Esses diferentes atributos sensíveis coexistem na flor e em cada uma das suas partes. Já no tocante ao espiritual, um aspecto diverso é tido como antagônico.

Nós não encontramos nenhuma contradição nem nenhuma razão de escândalo em que o odor e o gosto da flor, embora distintos um do outro, sejam no entanto simplesmente em um, nem o contrapomos um ao outro. Pelo contrário, o intelecto, e o modo de pensar segundo ele, encontra incompatível unir uma coisa com o que é diferente dela. (Hegel, 1999, p. 399).

Enquanto no caso dos atributos sensíveis de uma flor, que são qualidades diferentes, não se vê óbice na sua coexistência; no caso do intelecto ocorre em geral o oposto. Para o intelecto acostumado a abstrações e por isso subsumido de modo

unívoco ao império da identidade, uma coisa e o seu oposto não podem coabitar, são mutuamente excludentes. Hegel cita como exemplo a matéria que, para o intelecto, não pode ser contínua e ao mesmo tempo composta de átomos, embora, em realidade, a matéria possua as duas determinações. Outro exemplo que Hegel cita é o da incompatibilidade entre a liberdade do espírito do homem, e a necessidade que o aprisiona. Mas, em se tratando da verdadeira liberdade, concebida por um intelecto que superou o patamar das abstrações idênticas a si mesmas e alcançou o elemento dos conceitos concretos (=ideia), o desenvolvimento completo desse conceito pode considerar que o espírito é livre na sua necessidade, e que a sua necessidade existe na sua liberdade.

O terceiro, o fruto e resultado do movimento e do desenvolvimento, é simultaneamente, o último degrau e também o primeiro, em sucessivos ciclos de desenvolvimento, como uma perene espiral ascendente. Conforme Hegel em seu texto: “Diz Goethe, e com razão, num passo das suas obras: ‘*O que se formou de súbito se transforma*’” (Hegel, 1999, p. 399). Hegel explica que a matéria, há pouco formada, é já o substrato para a nova forma. Volta-se sobre si própria, num perene movimento em direção a maiores determinações. Algo análogo se passa com os conceitos desenvolvidos completamente na ideia: estabelecidos em sua forma final, súbito eles se transformam no ponto de partida de um novo ciclo de desenvolvimento de um outro conceito ou esfera de conceitos.

c) A filosofia como apreensão do desenvolvimento do concreto

Nos parágrafos anteriores foram abordados os aspectos gerais da natureza do concreto para Hegel, devendo-se então destacar que a verdade em si apresenta a inclinação para desenvolver-se, à semelhança de um sistema orgânico. A ideia, concreta em si e por si mesma, se desenvolve, continuamente em vários níveis e seus respectivos momentos.

A filosofia por si é o conhecimento deste desenvolvimento, e como pensamento é ela própria este desenvolvimento pensante; quanto mais este desenvolvimento progrediu, tanto mais perfeita é a filosofia. (id., *ibid.*, p. 400).

A ideia permanece, contudo, como a base no seu aspecto imutável, e o desenvolvimento se dirige para o conhecimento de si da ideia, e não para a exterioridade.

Com efeito, o andar fora de si da ideia filosófica no seu desenvolvimento não é uma mudança, nem outro devir, mas é, antes, um entrar em si, um aprofundar-se a si próprio; deste modo, o progredir torna mais determinada em si a ideia que anteriormente era genérica e indeterminada. O ulterior desenvolvimento da ideia e a sua maior determinação são exatamente a mesma coisa. (Hegel, 1999, p. 400).

Tanto a intensidade de um conceito/ideia, no sentido de profundidade, como a sua extensão, no sentido da abrangência, são aspectos a serem submetidos ao movimento, à ação do desenvolvimento. Desenvolvido em sua completude, um conceito se torna mais extenso, sem perder sua determinação.

A filosofia se constituiu à maneira de um grande organismo, tendo a sua ideia base perpassado todas as suas doutrinas como um pulso vital comum. A ideia é a fonte e o seu limite para a filosofia, determinando assim a sua necessidade e a sua liberdade.

III. Resultados Obtidos no que Respeita ao Conceito da História da Filosofia

Neste ponto da sua obra, Hegel irá trabalhar a ideia de que tanto a filosofia como a sua história são sistemas em desenvolvimento. De início ele discorre sobre os possíveis modos de manifestação de tal fenômeno. O primeiro seria o movimento consciente de progressivo aperfeiçoamento dos vários níveis do processo de pensamento. O outro seria o movimento sucedido sem uma consciência do mesmo, de forma natural e supostamente acidental, sem que os fundamentos e os nexos de tal processo se exteriorizem. Tal se observa na natureza, a exemplo do desenvolvimento das plantas, sua germinação, surgimento da ramada, folhas e frutos, em ordenação imanente; e a exemplo também do crescimento e desenvolvimento da criança na primeira infância.

Uma maneira deste processo, a saber, a de representar a derivação das formações, a pensada e reconhecida necessidade das determinações, é a missão da própria filosofia; e como na cadeira de filosofia se fala da ideia pura, e não da ulterior formação diferenciada desta como natureza e como espírito, esta representação é principalmente a tarefa da filosofia lógica. Mas a outra maneira que faz surgir as várias etapas (Stufen) e momentos do desenvolvimento no tempo, no modo de se verificar, neste determinado lugar, neste ou naquele povo, sob determinadas condições políticas e determinadas complicações, numa palavra, sob esta forma empírica: eis o espetáculo que nos mostra a história da filosofia. Visão esta, única digna desta ciência: ela é em si, pelo conceito da coisa, a verdadeira (verdadeira por definição); e do estudo desta mesma história resultará a sua demonstração e verificação como tal. (id., *ibid.*, p. 401).

Hegel sustenta que, ao se retirar dos conceitos fundamentais da história da filosofia tudo que se relacione à formação exterior dos mesmos, chega-se aos vários níveis da determinação da ideia no seu conceito lógico; e vice-versa, “tomando o processo lógico, encontra-se nele, nos seus momentos capitais, o processo dos fenômenos históricos”. (Hegel, 1999, p. 402).

Este ponto é importante, porque ele elucida a identidade e a diferença entre a disciplina da Ciência da Lógica e a da História da Filosofia. A primeira se move, se desenvolve, no “tempo” lógico. A segunda no tempo histórico.

Para que uma verdade/objeto, que não está evidentemente dada, seja descoberta e assimilada, ela tem que ser buscada. E para que esta busca seja frutífera, é necessário que se conheça as feições e/ou a natureza do que se busca. Do contrário, corre-se o risco de deixar passar despercebido o nosso objeto. Contudo, pode parecer estranho e contraditório que algo que está ainda por ser descoberto deva ser previamente sabido existente, ou ao menos idealizado. Mas, nas ciências em geral, esta é uma ocorrência encontrada. E para dar como exemplo, podemos tomar a obra científica de Johann Wolfgang von Goethe. Nas suas contribuições para a botânica, descritas na sua obra *A Metamorfose das Plantas*, Goethe irá descrever o processo de como as diferentes partes das plantas (semente, cotilédone, caule, folha, pétala, fruto etc), vão se desenvolvendo e diferenciando, tornando-se em partes maiores e mais complexas. Neste processo, a sucessão de eventos mostrará que cada parte da planta dá origem à seguinte, com o caule sendo o alongamento do cotilédone, a folha sendo o alargamento do caule etc, até que se chegue aos frutos e suas sementes. Este processo se dá de forma circular e involuntária. Goethe mostrou que é possível identificar, em cada parte deste processo, uma espécie de forma básica, essencial, semelhante a uma folha, que estaria presente em todas as fases da planta enquanto unidade. Explicou assim a formação das plantas a partir dessas várias metamorfoses dessa unidade. Contudo, se a existência desta forma essencial não tivesse sido de alguma maneira imaginada por Goethe, provavelmente poderia não ter sido destacada neste processo. Ele inaugurou uma nova fase da botânica, reforçando a ideia de que o desenvolvimento dos entes da natureza tem, em suas metamorfoses, um comportamento evolutivo.

Mas sua maior contribuição foi na zoologia, onde Goethe conseguiu demonstrar, após estudos de anatomia comparada de esqueletos humanos e esqueletos de vários primatas, que o osso intermaxilar encontrado nestes, e que não

mais existia no homem, deixou um resquício em crânios humanos, reforçando da mesma forma o conceito da evolução das espécies. Mas se Goethe não estivesse buscando este traço do osso primordial, não o encontraria. Esta lacuna - o desconhecimento do que se deseja encontrar - pode comprometer o sucesso do resultado de uma pesquisa científica. E não é diferente no caso da história da filosofia. Podemos fazer uma analogia entre o trabalho de Goethe na biologia, e o trabalho de Hegel na Filosofia.

Em sua obra *A Ciência da Lógica*, Hegel desenvolveu um sistema, uma metodologia, capaz de instrumentalizar o estudo da história da filosofia em torno de um eixo comum, uma unidade do conceito, e em torno da qual giram as diversas filosofias por todos os povos e ao longo dos tempos (a lógica se move no tempo lógico segundo a expressão de Goldschmidt, e não no tempo histórico). Contudo, esta ciência da lógica não se apresentou dada de forma imediata, espontânea. Ela precisou ser construída e assimilada para que estivesse então disponível ao pesquisador da filosofia e de sua história. Indo mais além, devemos dizer que a construção de tal método, é também o resultado do que nos trouxe a história da filosofia, como um epítome das suas diferenças e seus conflitos, estabelecendo-se assim uma circularidade típica do movimento dialético, com uma coisa sendo ao mesmo tempo consequência e causa de outra.

Hegel, em certo ponto de seu texto, destaca a evidente incapacidade de certos pesquisadores da história da filosofia de tratarem o tema de forma correta; pelo motivo de não conhecerem, seja a ideia central da história, seja a ideia central da filosofia. Não sabem o que estão buscando.

Hegel ressalta “ser o Estudo da história da filosofia o estudo da própria filosofia”. (Hegel, 1999, p. 402).

Mas, para reconhecer na forma e na aparência empírica, na qual a filosofia se manifesta historicamente, o seu processo como desenvolvimento da ideia, importa possuir o conhecimento da ideia. (id., *ibid.*, p. 402).

Ele destaca que a falta de conhecimento de alguns pretensos historiadores da filosofia acerca do espírito filosófico induz ao questionamento sobre as suas capacidades de apresentar um conteúdo que é pensamento racional. A certa altura do seu texto, Hegel escreve:

O observador deve já possuir o conceito daquilo que há de procurar nas manifestações duma coisa, para verdadeiramente a compreender. Pelo que, não nos devemos admirar se existem tantas e tão estúpidas histórias da filosofia, nas quais a sucessão dos vários sistemas é descrita simplesmente

como uma seqüência de opiniões, erros e jogos de pensamento; jogos de pensamento que com grande esforço teriam sido inventados para darem mostras de sagacidade e de tudo o que, para salvar as formas, se acrescenta por cumprimento. Certo é que, ao considerarmos a falta de espírito filosófico dos historiadores de tal calibre, ocorre perguntar como é que tais homens poderiam ser capazes de compreender e de expor um conteúdo que é pensamento racional. (Hegel, 1999, p. 402).

Portanto, a simples compilação de fatos históricos não se constitui em ciência. A história da filosofia se constitui na ciência que vai estudar o sistema de desenvolvimento da ideia.

Só assim entendida, como sucessão de fenômenos que se organizaram por meio da razão, e que têm como conteúdo precisamente aquilo que é a razão e que a revela, esta história mostra ser racional: mostra que os acontecimentos, de que faz menção, estão na razão. (id., ibid., p. 402).

As ideias gerais trazidas acima apontam para aspectos de maior relevo para a história da filosofia, que trataremos a seguir.

a) O desenvolvimento das várias filosofias no tempo

Neste tópico Hegel desenvolve a ideia da filosofia surgindo como desenvolvimento e possuindo história.

A natureza é o que é, e os seus movimentos e metamorfoses são repetitivos e mais ou menos cíclicos. Já o espírito tem na sua essência característica a práxis, a ação. Como espírito não basta a imediatez de ser, mas é imprescindível o conhecer-se. Para esta consciência importa que eu seja, para mim mesmo, o meu objeto. É com o reconhecimento de mim por mim mesmo que o espírito se estabelece externamente a si mesmo, estabelece a sua existência (*conhece-te a ti próprio*).

Esta existência implica em ser no tempo, indo além de uma consciência particular (que é finita), e partindo para o desenvolvimento da ideia filosófica. Essa ideia não pode advir de forma premente, instantânea como a intuição ou o sentimento. É o fruto do processo de diferenciação de si em si mesma, de desenvolvimento, e exteriorização no “elemento do pensamento”. Bem assim, a pura filosofia aparece no pensamento como existência e se desenvolve no tempo. Já o espírito deve considerar-se universal e concreto, e não como consciência única e finita. Esta consciência pensante é a manifestação do processo de desenvolvimento que se verifica, não somente num indivíduo, mas no consciente coletivo de um povo e de um tempo. E este caráter dinâmico no tempo trará níveis qualitativamente diferentes desse objeto.

Os conceitos de concreto e de desenvolvimento nos levam ao entendimento correto da aceção de múltiplo e de diversidade na filosofia. Ao contrário do que dizem alguns detratores da mesma, a filosofia não é algo inerte.

[...] mas quem retém a diversidade como princípio absolutamente fixo, ignora a natureza e a dialética dela: a diversidade está em curso, e deve considerar-se num processo de desenvolvimento, como um momento passageiro. (Hegel, 1999, p. 404).

O desenvolvimento do pensamento, como ação e movimento, é o cerne da filosofia. Em primeiro lugar, as diferenças na ideia se constituem em pensamentos. Em segundo, para que essas diferenças atinjam a existência, devem ser completas, contendo a ideia na sua totalidade. Para considerar-se o concreto real, ele deve conter as diferenças, sobrevivendo estas então em sua forma completa.

A filosofia é, por assim dizer, uma forma completa de pensamento. Com relação às diferenças, a ideia está contida nelas de uma forma particular. As formas são diferentes e contingentes, mas o conteúdo, a ideia, é o essencial.

A diversidade dos princípios, qual aparece aqui, não é indeterminada, mas necessária; as formas integram-se na forma integral. Elas são as determinações da ideia primitiva, que representam no seu conjunto o todo; mas, enquanto uma está fora da outra, a sua união não se realiza nela, mas em nós que assim a consideramos. (id., *ibid.*, p. 405).

b) Aplicação das considerações precedentes à história da filosofia

Neste ponto do texto, Hegel proporá quatro corolários obtidos do que foi dito. O primeiro corolário que se pode retirar do que foi visto é que a história da filosofia no seu todo é uma contínua evolução, simultaneamente contínua e discreta, imperiosa e livre, racional, e que redundando em sua ideia.

Apenas entrados na filosofia, devemos abandonar a contingência: a sua história é tão necessária como o desenvolvimento das noções, e a força propulsiva é comunicada pela dialética interna das formas [...] Mas a ideia interna suprime estas formas finitas: uma filosofia, que não tenha a forma absolutamente idêntica ao conteúdo, deve forçosamente deixar de existir, porque a sua forma não é a verdadeira. (id., *ibid.*, p. 406).

O segundo corolário que se pode retirar é que toda filosofia, se alcançou desenvolver completamente sua forma e seu conteúdo, passa a ser ponto de partida e tem papel imprescindível no processo da evolução filosófica ulterior, e de alguma forma se conserva, com os seus princípios redundando nas filosofias sucedentes. O que resulta subjugado é em verdade a convicção do seu caráter definitivo e intransponível. A exemplo disso podemos citar o atomismo antigo, e a posterior

evolução, que não negou, mas aperfeiçoou e aprofundou os seus conceitos. Também no desenvolvimento vemos as suas contradições.

O desenvolvimento da árvore é a negação do germe, e a floração a das folhas, enquanto estas não marcam a mais alta e verdadeira existência da árvore; por último, a floração é negada pelo fruto. Mas este último não pode chegar à atualidade sem a precedente existência dos outros estádios. (Hegel, 1999, p. 406).

O terceiro corolário é que têm-se como fato as limitações do alcance e aplicabilidade dos princípios na época de sua vigência; limitações essas que poderão ser sanadas com o progresso até as filosofias sucedentes.

As teorias de Descartes, por exemplo, são suficientes apenas para o mecanismo, e para nada mais; as suas representações de outras manifestações do mundo, como as da natureza vegetal e animal, são insuficientes e, por conseguinte, não oferecem interesse. (id., *ibid.*, p. 407).

Em quarto lugar temos que entender que não estamos a tratar propriamente do passado. O objeto essencial da história da filosofia é em verdade o processo de evolução sucessiva dos seus princípios sob a ação da razão no presente. A verdade existe hoje e em todos os tempos. Nas palavras de Hegel: “O que se obteve neste domínio foi a Verdade, e esta é eterna, não existe num tempo e deixa de existir noutra”. (id., *ibid.*, p. 405).

A filosofia é ciência palpável, pois tem o condão de trazer à consciência e transformar em conhecimento o racional em si que jaz latente na “profundidade do espírito”. Este conhecimento está sempre presente na espiral da evolução dos princípios. Como disse Hegel: “A história da filosofia ocupa-se daquilo que não envelhece, daquilo que é o presente vivo”. (id., *ibid.*, p. 408).

c) Ulterior relação entre a história da filosofia e a própria filosofia

Ao considerarmos a evolução da ciência filosófica, devemos destacar que o seu inicial é algo abstrato, imediato, sem desenvolvimento e sem determinação. A partir do início, o que devém é, sucessivamente, mais concreto, mais elaborado e mais rico em determinações. Hegel ilustra este conceito utilizando como exemplo as diferenças entre as consciências de uma criança, um jovem e um adulto. A criança tem a sua consciência ainda mais abstrata, mais pobre de pensamento, e caracterizada pelas reações imediatas. O jovem ainda se deixa levar pelo chamamento imediato do acidental, pelas necessidades impostas pela volição e pelo sensível. O ser humano

adulto será capaz de colocar no primeiro plano o pragmatismo nas suas decisões que impliquem no cumprimento dos seus imperativos. Nas palavras de Hegel:

Sem dúvida, o homem, na sua generalidade abstrata, não se subtrai a fins práticos, como a manter a família, a cumprir os próprios deveres de ofício; mas contribui também para um grande todo orgânico e objetivo que domina e que dirige. Nas ações da criança não há mais do que um eu infantil, isto é, momentâneo; nas ações do jovem a constituição subjetiva ou o escopo accidental constituem o princípio da ação. Pelo que, a ciência é mais concreta do que a percepção sensível. (Hegel, 1999, p. 408).

Desta feita, deve ficar claro que não se pode esperar encontrar nas filosofias primevas mais do que elas podem entregar, considerando o seu status de desdobramento (completo) da ideia até um ponto determinado. Por outro lado, não se pode também perder o elo que une o ponto de partida (que, como vimos, era ele próprio o resultado de um desenvolvimento anterior) e os resultados do desdobramento ulterior ou coetâneo da ideia. Para ilustrá-lo, Hegel cita também o questionamento feito em relação à filosofia de Tales, se seria teísta ou ateu, tratando-se de um Deus pessoal, ou de um ser impessoal e universal (hoje diríamos teísmo x deísmo). Ora, os deuses gregos tinham uma personalidade a eles atribuída pela imaginação e fantasia. Já o deus único dos judeus era fruto do pensamento e conceito. Mas devemos ter sempre em mente que uma filosofia antiga, como a de Tales, é mais abstrata, não podendo ser cotejada imediatamente e sem as devidas mediações, com as filosofias hodiernas, mais ricas e aperfeiçoadas em sucessivas determinações, e mais concretas. No texto de Hegel, ele diz o seguinte:

A última forma que, como sucessão e continuação de determinações, surge deste progredir, é a mais concreta. E esta verificação não é orgulhosa ostentação da filosofia do nosso tempo, visto ser o espírito de todo o processo que faz que a filosofia última, precisamente por ser mais desenvolvida, seja realmente o resultado das antecedentes operações do espírito pensante; preparada e suscitada pelos resultados precedentes, ela não brotou do nada. (id., *ibid.*, p. 409).

Hegel também destaca a importância de se reconhecer a ideia, tal como ela se apresenta na mais recente filosofia, ou seja, como “a mais desenvolvida, a mais rica e a mais profunda”. E repisa este aspecto para separar as verdadeiras filosofias daquelas que, não tendo conteúdo ou verdade, servem apenas aos detratores da ciência filosófica, que as usam para justificar a falácia de que há filosofias em excesso, sendo a última delas a “filosofia da moda”, que serve apenas para substituir a imediatamente anterior.

Do que foi dito até aqui podemos também concluir que a história da filosofia não deve criticar as filosofias mais antigas pela falta de certas determinações ainda

incompatíveis com os seus tempos, mesmo que sejam compatíveis com a cultura de tempos vindouros, mas apenas buscando nelas o que lhes é consentâneo. Hegel cita os acréscimos feitos à filosofia de Tales por Johann Jakob Brucker (1696-1770) e Heinrich Ritter (1791-1869), e que não encontram correspondência com os textos e filósofos antigos.

Devemos acautelar-nos contra semelhantes deduções para não transformar a filosofia antiga nalguma coisa de diverso daquilo que originariamente era. Somos inclinados a modelar os filósofos antigos pelas formas das nossas reflexões: o que precisamente constitui o progresso do desenvolvimento. A diferença dos tempos, da cultura e da filosofia consiste nisto: se tais determinações do pensamento e tais relações dos conceitos já estavam na consciência, na medida em que esta já alcançara tal desenvolvimento, ou não. Na história da filosofia trata-se unicamente deste desenvolvimento e desta sua ulterior fixação. (Hegel, 1999, p. 410).

Para Hegel, no sistema lógico do pensamento as formas vão se desenvolvendo inexoravelmente, sendo cada uma delas tão somente um momento subordinado. Cada filosofia é então um momento do processo, porém no qual encontra valor e significado. E deve então ser considerada de conformidade com este seu momento, não sendo consentâneo nutrir expectativas em relação a uma filosofia que sejam incompatíveis com a sua época. Os problemas filosóficos se coadunam com as pulsões do seu próprio tempo, estão justamente aí os limites do seu alcance. Hegel nos fala em seu texto: “E porque a diferença das culturas consiste na diferença das determinações do pensamento que manifestam, é evidente que esta diferença se deve tomar tanto mais em consideração tratando-se de filósofos”. (id., *ibid.*, p. 407). E mais:

Toda filosofia é do seu próprio tempo, um elo na corrente do desenvolvimento espiritual, e assim não pode satisfazer senão aos interesses pertencentes ao seu tempo particular. Por este motivo, a filosofia antiga não é capaz de aplacar as exigências dum espírito em que vive um mais profundo conceito. (id., *ibid.*, p. 409).

Para Hegel, o espírito busca na filosofia reconhecer-se a si mesmo, busca um conceito que é “a íntima determinação e a raiz do seu ser”. Mas, segundo ele, as filosofias antigas, como as de Platão e Aristóteles, não alcançaram o propósito de dar este caráter à ideia. Desta feita, não é possível que haja, nos tempos modernos, contentamento com as respostas de platônicos, aristotélicos ou estoicos. Não é possível encontrar aí satisfação completa para as questões da filosofia de sua época. E cita o Renascimento como um período de malograda tentativa de trazer à vida as antigas filosofias, até mesmo como resultado da percepção de incapacidade para lidar com um pensamento mais aprofundado.

Mas é empresa desesperada e igualmente absurda, como a de um homem em idade madura que pretendesse voltar ao ponto de vista da juventude, ou do jovem que se empenhasse em retroceder à idade de rapaz ou de criança, embora seja verdade que o homem, o jovem e a criança constituem sempre um único e idêntico indivíduo. (Hegel, 1999, p. 412).

É preciso saber quanto é dado encontrar nas filosofias antigas, ou na filosofia de qualquer outro determinado período; ou, pelo menos, saber que numa tal filosofia se apresenta um determinado momento do pensamento, no qual se impõem à consciência somente as formas e exigências do espírito contidas dentro dos limites daquele grau de desenvolvimento alcançado. (id., ibid., p. 413).

Hegel ressalta que, na antiguidade, não se haviam elaborado soluções filosóficas para problemas como a natureza da liberdade, a origem do mal e do pecado, os limites da consciência, a oposição entre sujeito e objeto, a providência etc. No caso da liberdade, o homem da antiguidade não se reconhecia livre em si, em potência, em essência. O homem livre de Atenas se reconhecia simplesmente como cidadão ateniense, assim como o homem livre romano. “O homem não havia ainda penetrado dentro de si, não se tinha ainda explicitado a si próprio” (id., ibid., p. 413).

Hegel defende que apenas com o advento “do cristianismo o espírito individual e pessoal adquire infinito valor absoluto: Deus quer que todos os homens se salvem” (id., ibid., p. 414). A doutrina cristã de igualdade dos homens perante Deus torna a sua “liberdade independente de toda causa externa (nascimento, condição e cultura)”. (id., ibid., p. 414).

Por fim, Hegel lembra que o reconhecimento, mesmo que imperfeito, da noção de liberdade como direito inerente à natureza humana, tem sido o motor de muitas mudanças ao longo da história. Mas que a consciência, por parte do espírito, da liberdade como atributo em si, em potência e em essência, inerente à natureza humana, é coisa relativamente recente na história do pensamento.

Conclusão

Do presente trabalho podemos destacar como ideias principais os pontos que se seguem. Podemos dizer que Georg Wilhelm Friedrich Hegel conferiu um protagonismo inédito à história da filosofia. A sua abordagem do tema deu à história da filosofia um novo status, de ciência. A história da filosofia que se conhecia antes da segunda metade do século XVIII carecia, em geral, deste rigor metodológico, sendo, muitas das vezes, apenas um compilado de biografias e de opiniões sem nexo, escritas por autores que desconheciam o caráter científico, tanto da história como da filosofia.

O momento histórico vivido por Hegel foi predominantemente marcado por turbulências de ordem social e política, internas e externas ao seu país, como ele mesmo declarou em certo ponto do seu texto. Conforme Hegel relata, tal contexto conduziu a atenção das mentes mais elevadas de sua época para questões de ordem material e do mundo prático, e deixando para um segundo plano as questões do espírito, como é o caso da filosofia.

Esta tendência geral ao pragmatismo na sociedade começou a se alterar após a vitória da Prússia sobre a França de Napoleão. No seu Discurso Inaugural, Hegel destaca essa maior atenção da parte da academia e da intelectualidade para as coisas do espírito, o que pôde propiciar maior desenvolvimento ao estudo e ensino da filosofia.

Hegel também ressalta o protagonismo da Alemanha nesse ressurgimento do interesse pela filosofia, e parece chamar para si, bem como para os homens e mulheres de espírito da sua época, o mister de fazer ressurgir a filosofia no rol de interesses da academia e da intelectualidade alemãs. No Discurso Inaugural, Hegel inclusive faz uma exortação à juventude, para abraçar esta meta. Devemos também lembrar que a Alemanha vinha de uma defasagem em relação a outros países, do ponto de vista social, econômico e político.

Quando Hegel passa a lecionar sobre a história da filosofia, ele já tinha concluído a *Fenomenologia do Espírito* (1807) e a *Ciência da Lógica* (1812-16), e nos parece que chegou então a fase em que o filósofo passou a ministrar cursos sobre a história da filosofia.

Para Hegel, as filosofias vindouras são o devir das filosofias predecessoras. Ele irá ressaltar o papel de relevo dos formuladores das sucessivas doutrinas filosóficas

ao longo dos tempos, e nos diferentes povos, observando a existência de um processo evolutivo nessa jornada, com uma progressão em termos de uma maior determinação da ideia. O caminho da verdadeira filosofia se caracteriza por assimilar o conhecimento herdado, e aprimorá-lo. Este caráter evolutivo do conteúdo essencial da filosofia, à moda de um *processus*, acaba por proporcionar a aquisição de uma visão de conjunto da história da filosofia, enquanto na história de outras ciências e na história geral, a visão pode ser mais pontual e circunscrita a um momento específico.

Hegel destaca três pontos importantes: a importância do conteúdo das filosofias, mais do que a sucessão delas, para a sua caracterização como ciência; a exclusão de conteúdos que podem se passar por filosofia, por se assemelharem a ela, como a religião, a mitologia, a ciência política e social etc; e o estabelecimento do liame entre as sucessivas filosofias, mostrando o seu caráter de processo evolutivo. A filosofia busca, como conteúdo deste liame, aquilo que é perene e imutável, em si e por si, ao contrário da história em geral, que se ocupará do que é mutável e do que já não mais existe.

Hegel ressalta que o conteúdo da filosofia não se limita ao mero elencar de opiniões filosóficas, mas na verdade trata do conhecimento da ideia presente na filosofia. Esta ideia não está contida nas opiniões filosóficas, e nem pode ser apreendida de forma imediata pelos sentidos ou a intuição. Ela só pode ser atingida, e assimilada, pelo trabalho do intelecto e da razão.

Todas as filosofias reclamam para si o privilégio de serem as verdadeiras, o que demonstra a vaidade das filosofias ao longo de sua história, e mostra o motivo da dificuldade enfrentada por boas mentes estudiosas na escolha do caminho correto a trilhar (e muitas dessas mentes falharam).

Apesar de existirem várias filosofias, aquelas que são verdadeiramente filosofia proporcionam ao seu estudante o conhecimento da filosofia enquanto ciência, sendo então que aquele que estudou uma verdadeira filosofia conhece a filosofia.

Hegel dirá que para uma ciência fazer uma descoberta de algo que não está dado de forma evidente, é necessário que ela tenha noção do que deseja encontrar. É o caso do historiador da filosofia, que deve conhecer bem as disciplinas com as quais trabalha, a história e a filosofia, para ter sucesso na sua busca. Hegel usa como exemplos os trabalhos de ciência natural de Goethe, com as metamorfoses observadas nas sucessivas fases de desenvolvimento das plantas, e com a anatomia comparada dos esqueletos de primatas e humanos na busca de traços de um osso

chamado intermaxilar. Especialmente neste último exemplo, fica clara a necessidade de saber o que se está procurando. Hegel desenvolveu com a sua Ciência da Lógica, um sistema metodológico capaz de instrumentalizar o estudo da história da filosofia. Este sistema também nasceu da observação e estudo da história da filosofia, conferindo a esse conjunto uma espécie de funcionamento circular, e um caráter dialético. Este sistema irá conferir ao historiador da filosofia o instrumental necessário para que ele saiba o que está buscando, para que possa encontrar o liame essencial que perpassa toda a filosofia em sua história. As formas são diferentes e contingentes, mas o conteúdo, a ideia, é o essencial.

Ao considerarmos a evolução da ciência filosófica, devemos destacar que o seu *status* inicial é algo abstrato, imediato, sem desenvolvimento e sem determinação. A partir então desse início, o que devém é, sucessivamente, mais concreto, mais elaborado e mais rico em determinações. E embora, conforme Hegel, as filosofias mais modernas sejam mais desenvolvidas, concretas e determinadas, a história da filosofia não deve criticar as filosofias mais antigas pela falta de certas determinações, que por vezes são ainda incompatíveis com o tempo do seu surgimento. Limitações do alcance e aplicabilidade dos princípios na época de sua vigência podem ser sanadas posteriormente. Para que haja o desenvolvimento do espírito, estabelecendo-se a si mesmo, é necessária a práxis, a ação, um movimento no sentido de conhecer-se, de exteriorizar-se. O desenvolvimento do pensamento, como ação e movimento, é o cerne da filosofia.

A história da filosofia, quando vista no seu todo, é uma contínua evolução. Toda filosofia que alcançou o completo desenvolvimento de sua forma e conteúdo, participa do processo de surgimento de filosofias sucedentes. O objeto essencial da história da filosofia é o processo de evolução sucessiva dos seus princípios sob a ação da razão no presente. A filosofia é ciência palpável, pois tem o condão de trazer à consciência e transformar em conhecimento o racional em si que jaz latente na “profundidade do espírito”. Este conhecimento está sempre presente na espiral da evolução dos princípios. E como disse Hegel: “A história da filosofia ocupa-se daquilo que não envelhece, daquilo que é o presente vivo”.

Finalmente, gostaria de destacar a importância do surgimento da ideia de que o reconhecimento, mesmo que imperfeito, da noção de liberdade como direito inerente à natureza humana, tem originado muitas mudanças ao longo da história. Mas conforme Hegel, essa consciência, por parte do espírito, da liberdade como atributo

em si, em potência e em essência, inerente à natureza humana, é coisa que vem se construindo ao longo dos séculos, sendo relativamente recente na história do pensamento.

Em linhas gerais, estas foram as impressões que tive sobre o denso conteúdo que Hegel nos dá na primeira parte da sua *Introdução à História da Filosofia*. É um texto que nos mostra uma importante parcela do seu pensamento, deixando no leitor o desejo de abraçar a difícil tarefa de avançar adiante pelas demais partes da sua obra, e de conhecer com mais profundidade o sistema proposto por ele.

Bibliografia Primária

Hegel, G. W. F., Introdução à História da Filosofia, in Coleção Os Pensadores, Nova Cultural, São Paulo, 1999.

Hegel, G. W. F., Linhas fundamentais da Filosofia do Direito, trad. Marcos Müller, Editora 34, São Paulo, 2022.

Bibliografia Secundária

De Carvalho, J., Hegel e o conceito de história da filosofia, in: Hegel, G.W.F., Introdução à História da Filosofia, Armênio Amado – Editor, Coimbra, 1974.

Goethe, J. W., A Metamorfose das Plantas, trad. Fábio Mascarenhas Nolasco, Edipro, São Paulo, 2019.

Goldschmidt, V., Tempo histórico e tempo lógico na interpretação dos sistemas filosóficos, in: Goldschmidt, V., A Religião de Platão, trad. Ieda e Oswaldo Porchat Pereira, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1963.

Guérault, M., Le Problème de la Légitimité de L'Histoire de la Philosophie, in: Castelli, E. et al., La Philosophie L'Histoire de la Philosophie, Istituto di Studi Filosofici, Roma, Librairie Philosophique J. Vrin, Paris, 1956, p. 45-68.

Kervegan, J.-F., A instituição da liberdade, in: Hegel, G. W. F., Linhas fundamentais da Filosofia do Direito, trad. Marcos Müller, Editora 34, São Paulo, 2022.

Vellôso, A. V., O problema da história da filosofia, in: Padovani, Castanhola, História da Filosofia, Edições Melhoramentos, São Paulo, 1961.